



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013606-95.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Renan Neo Monteiro**
 Requerido: **Neon Distribuidora de Produtos Eletronicos Ltda e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 04 de setembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

Nº de Ordem: 1380/13

VISTOS.

RENAN NEO MONTEIRO ajuizou a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS e LIMINAR DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **NEON DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA e seus sócios, JOSÉ HENRIQUE CASALE e SONIA MARIA VILAR CASALE**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduz o autor, em síntese, que em 09/12/2012, comprou no site da ré, um aparelho eletrônico (ipad 3); para tanto se valeu de um parcelamento em seu cartão de crédito. Ocorre que, mesmo tendo efetuado o pagamento integral do preço, não recebeu o produto e nem a devolução dos valores pagos. Efetuou reclamação junto ao PROCON, mas a mesma restou infrutífera. Requer, a antecipação da tutela para que os valores pagos e devidamente corrigidos, sejam arrestados via BACENJUD para garantir seu direito; a condenação da empresa ré ao pagamento de indenização a título de dano moral, no montante de 40 salários mínimos, e a título de dano material o valor da compra devidamente corrigido; a condenação da empresa a entregar

0013606-95.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

coisa certa, o referido produto, objeto da compra.

Juntou documentos de fls. 14/41.

Devidamente citados, conforme fls.62, os requeridos deixaram de se manifestar, decorrendo o prazo para contestação.

É o relatório.

DECIDO.

Ante a revelia dos requeridos presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Como o produto não foi entregue o contrato não se aperfeiçoou e deve ser rescindido.

Via de consequência o autor tem o direito de reaver o valor efetivamente desembolsado, com juros e correção monetária.

E faz jus também ao ressarcimento do menoscabo moral já que o caso reúne particularidades suficientes para tal reparação.

Como se não bastasse o incômodo exposto na documentação exibida, o autor foi obrigado a buscar auxílio do PROCON para tentar a solução amigável; e durante tal périplo sempre recebeu o descaso da demandada.

Nesse sentido:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - Interposição contra sentença que julgou procedente ação declaratória de rescisão contratual c.c. devolução em dobro de quantia paga e reparação por danos morais com pedido de tutela antecipada. Produto não entregue. Devolução da quantia paga. Danos morais caracterizados. Redução do quantum indenizatório. Sentença parcialmente reformada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Apelação parcialmente provida. (TJSP, Apelação 0003259-94.2011.8.26.0526, Rel. Des. Mario A. Silveira, DJ 24/08/2011).

A reparação, em casos como o examinado tem, grosso modo, dupla finalidade: **admonitória**, para que a prática do ato abusivo não se repita e **compensatória**, trazendo à vítima algum conforto econômico pelas agruras experimentados ao longo do penoso processo.

Nesse sentido Resp. 203.755/MS, DJ de 21/06/99 e Resp. 234.481/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado "critério prudencial", referido na RT 650/63.

Atento a tais parâmetros, me parece justo que os réus indenizem o autor pagando a ele o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a súplica, rescindindo o negócio especificado para condenar os requeridos, NEON DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA, JOSÉ HENRIQUE CASALE e SONIA MARIA VILAR CASALE, a pagarem ao autor, RENAN NEO MONTEIRO, o valor de R\$ 899,90 (oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos) a título de danos materiais mais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, tudo com correção a contar da publicação da presente. Os valores serão acrescidos de juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbentes, arcarão as réus com as custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Consigno, desde já, que o prazo de 15 dias previsto no artigo 475-J do CPC passará a fluir independentemente de intimação e caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação incidirá multa de 10% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 11 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**